

FORMAÇÃO EM ARTE E MUNDO DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA CONTRACOLONIAL

ART TRAINING AND THE WORLD OF WORK: A CONTRACOLONIAL
PERSPECTIVE

Linguística & Letras e Artes • 14/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791911723](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791911723)

Hionara Emily Pereira Campina Fernandes

RESUMO

A presente pesquisa discute as relações entre a formação em Arte e o mundo do trabalho, considerando os desafios enfrentados por docentes e estudantes das licenciaturas em Arte na contemporaneidade. Partindo da compreensão do ensino de Arte como prática contracolonial, o estudo reflete sobre como os processos formativos podem contribuir para a valorização de saberes locais, experiências culturais periféricas e práticas pedagógicas voltadas à transformação social. O trabalho vincula-se ao eixo temático “Formação em Arte e o mundo do trabalho”, articulando discussões sobre a precarização do trabalho docente e a desvalorização das linguagens artísticas no currículo escolar. Como objetivo geral, a pesquisa pretende analisar de que maneira a formação em Arte pode atuar como espaço de resistência frente às lógicas coloniais presentes na educação brasileira. Busca ainda compreender os impactos dessas dinâmicas na atuação docente e identificar práticas formativas que promovam autonomia e reconhecimento cultural. O estudo fundamenta-se em discussões sobre Arte/Educação e pedagogias críticas, dialogando com perspectivas decoloniais e contracoloniais no campo educacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, construída a partir da análise de produções acadêmicas, documentos curriculares e debates sobre formação docente em Arte. Espera-se que os resultados ampliem as discussões sobre a inserção profissional de arte/educadores, evidenciando a Arte como campo de resistência, criação e reexistência. Além disso, a pesquisa reforça a importância de práticas formativas comprometidas com os territórios, os saberes populares e a democratização do acesso à produção artística e cultural.

Palavras-chave: Arte; formação docente; trabalho; práticas contracoloniais; ensino de Arte.

ABSTRACT

This research discusses the relationship between Art education and the world of work, considering the contemporary challenges faced by teachers and students in Art education degree programs. Grounded in the understanding of Art education as a counter-colonial practice, the study reflects on how training processes can contribute to valuing local knowledge, peripheral cultural experiences, and pedagogical practices aimed at social transformation. The work aligns with the thematic axis "Art Education and the World of Work," linking discussions on the precarious nature of teaching work and the devaluation of artistic disciplines within the school curriculum. The research aims to analyze how Art education training can serve as a space of resistance against the colonial logics present in Brazilian education. It also seeks to understand the impact of these dynamics on teaching practice and to identify training practices that foster autonomy and cultural recognition. The study is based on discussions regarding Art/Education and critical pedagogies, engaging with decolonial and counter-colonial perspectives in the educational field. Methodologically, this is a qualitative, bibliographic, and exploratory study, developed through the analysis of academic literature, curriculum documents, and debates on teacher training in Art. The results are expected to broaden discussions on the professional integration of art educators, highlighting Art as a field of resistance, creation, and re-existence. Furthermore, the research reinforces the importance of training practices committed to local territories, popular knowledge, and the democratization of access to artistic and cultural production.

Keywords: Art; teacher training; work; counter-colonial practices; Art education.

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto prática social e cultural, encontra-se diretamente vinculada às transformações históricas, políticas e econômicas que atravessam a sociedade. Nesse contexto, a Arte/Educação ocupa um papel significativo, pois possibilita não apenas experiências estéticas e criativas, mas também processos de construção crítica, expressão cultural e formação humana. Ao longo do tempo, entretanto, o ensino de Arte foi marcado por constantes disputas em torno de sua função pedagógica e social, especialmente em contextos educacionais atravessados por perspectivas tecnicistas e produtivistas. Em meio às transformações do mundo do trabalho e ao avanço de políticas neoliberais na educação, as linguagens artísticas passaram a enfrentar processos de marginalização curricular, desvalorização institucional e precarização das condições de atuação docente.

Paralelamente, perspectivas críticas e contracoloniais passaram a questionar os modelos educacionais eurocentrados e excludentes, defendendo práticas pedagógicas comprometidas com a valorização dos saberes populares, das experiências periféricas e das múltiplas formas de produção cultural. É nesse contexto de tensões e disputas que se insere o problema central deste estudo: compreender de que maneira a formação em Arte pode atuar como espaço de resistência frente às lógicas coloniais e mercadológicas presentes na educação contemporânea. Tal discussão torna-se especialmente relevante diante dos desafios enfrentados por docentes e estudantes das licenciaturas em Arte, bem como da

necessidade de fortalecer práticas educativas mais críticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Diante disso, este trabalho busca articular discussões sobre Arte/Educação, mundo do trabalho e perspectivas contracoloniais, ampliando a compreensão acerca dos desafios contemporâneos da formação docente em Arte. As principais questões que norteiam a pesquisa incluem: “De que forma as transformações do mundo do trabalho impactam a atuação e a formação de arte/educadores?”; “Como as perspectivas contracoloniais contribuem para repensar o ensino de Arte na contemporaneidade?”, e; “De que maneira a prática docente em Arte pode constituir-se como espaço de resistência, reexistência e valorização cultural?”. O objetivo geral consiste em analisar como a formação em Arte pode atuar como prática crítica e contracolonial diante das estruturas excludentes presentes no campo educacional. Busca-se, ainda, compreender os impactos da precarização do trabalho docente no ensino de Arte; investigar contribuições das pedagogias críticas e decoloniais para a Arte/Educação, e; refletir sobre práticas pedagógicas comprometidas com os territórios, as diferenças culturais e a democratização do acesso à produção artística e cultural.

Dessa forma, parte-se da compreensão de que o ensino de Arte possui potencial para tensionar estruturas coloniais e produtivistas historicamente presentes na educação brasileira, uma vez que possibilita experiências voltadas à criatividade, à criticidade e à valorização das múltiplas formas de existência e expressão cultural. Com base nessa perspectiva, justifica-se a pesquisa tanto por sua relevância teórica, ao ampliar discussões sobre Arte/Educação e pedagogias contracoloniais, quanto por sua contribuição social, ao refletir sobre os desafios da atuação docente em contextos

marcados pela desigualdade e pela desvalorização das linguagens artísticas.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, considerando que o objeto de estudo envolve reflexões teóricas, sociais e culturais acerca da formação docente em Arte e das práticas educativas contemporâneas. A pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a compreensão crítica das relações entre educação, cultura, trabalho e colonialidade, valorizando interpretações e análises voltadas aos significados produzidos no campo da Arte/Educação.

No que se refere ao caráter bibliográfico, o estudo fundamenta-se na leitura, análise e articulação de obras, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem o ensino de Arte, as pedagogias críticas e as perspectivas contracoloniais. Para isso, mobilizam-se contribuições teóricas de autores como Ana Mae Barbosa, Bell hooks, Catherine Walsh, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Aníbal Quijano, Walter D Mignolo e Nilma Gomes, cujas reflexões possibilitam compreender os impactos das estruturas coloniais e neoliberais na educação, bem como pensar práticas pedagógicas voltadas à emancipação, à valorização cultural e à transformação social.

Além disso, a pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que busca ampliar discussões sobre os desafios contemporâneos da formação em Arte, especialmente diante da precarização do trabalho docente e das disputas em torno do lugar das linguagens artísticas no currículo escolar. Nesse sentido, procura-se investigar

de que maneira as pedagogias críticas e contracoloniais contribuem para a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e sensíveis às múltiplas formas de existência e produção cultural.

Assim, espera-se que este estudo contribua para fortalecer reflexões acerca da Arte/Educação como campo de criação, resistência e reexistência, compreendendo o ensino de Arte não apenas como prática estética, mas também como instrumento de formação crítica e enfrentamento às dinâmicas coloniais ainda presentes na contemporaneidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Formação em Arte e as Transformações do Mundo do Trabalho

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas impactaram diretamente os processos educacionais e, conseqüentemente, a formação docente. No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço de políticas neoliberais, pela flexibilização das relações trabalhistas e pela lógica produtivista, a educação passou a ser atravessada por exigências de desempenho, adaptação e produtividade que alteram significativamente o papel social da escola e do professor. Nesse cenário, o ensino de Arte ocupa uma posição particularmente vulnerável, uma vez que as linguagens artísticas frequentemente são consideradas secundárias diante de áreas compreendidas como mais “úteis” ao mercado de trabalho. Assim, a formação em Arte passa a enfrentar desafios relacionados tanto à desvalorização curricular quanto à precarização das condições de atuação docente.

Historicamente, a Arte foi inserida nos currículos escolares brasileiros de maneira instável, sofrendo constantes deslocamentos em relação à sua função pedagógica e social. Em muitos momentos, seu ensino foi reduzido a práticas tecnicistas ou recreativas, desconsiderando seu potencial crítico, cultural e formativo. Ana Mae Barbosa (2010) destaca que a Arte/Educação deve ser compreendida para além de uma atividade complementar, constituindo-se como campo fundamental para a construção da sensibilidade, da leitura crítica da realidade e da ampliação das formas de expressão dos sujeitos. Entretanto, as estruturas educacionais contemporâneas, marcadas pela racionalidade neoliberal, tendem a privilegiar conhecimentos voltados à lógica da eficiência e da competitividade, relegando as experiências artísticas a um lugar marginal no currículo escolar.

Essas transformações afetam diretamente os cursos de licenciatura em Arte e a inserção profissional de arte/educadores. A precarização do trabalho docente manifesta-se em diferentes dimensões, como baixos salários, sobrecarga de funções, fragilidade das políticas públicas e desvalorização simbólica da profissão. Além disso, muitos professores de Arte enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de recursos materiais, à limitação de espaços adequados para práticas artísticas e à redução da carga horária destinada ao componente curricular. Tais fatores revelam como o ensino de Arte ainda ocupa um lugar periférico dentro das políticas educacionais, refletindo relações históricas de hierarquização dos saberes.

Nesse contexto, a lógica do mercado passa a influenciar não apenas as condições de trabalho, mas também os próprios sentidos atribuídos à educação. O avanço de discursos voltados à formação de sujeitos produtivos e competitivos modifica a compreensão da escola enquanto espaço de construção crítica e emancipatória. bell

hooks (2013), ao discutir a educação como prática da liberdade, critica modelos pedagógicos centrados na reprodução de estruturas de dominação, defendendo práticas educativas comprometidas com a autonomia, o diálogo e a transformação social. A autora compreende o ensino como um espaço político, no qual professores e estudantes podem construir experiências capazes de romper com relações opressoras historicamente estabelecidas.

No campo da Arte/Educação, essas discussões tornam-se ainda mais relevantes, pois a experiência artística possibilita a construção de outras formas de perceber o mundo, os sujeitos e os territórios. A Arte, nesse sentido, não se limita à dimensão estética, mas constitui também um espaço de produção de sentidos, memórias e identidades culturais. Em oposição às perspectivas utilitaristas da educação, o ensino de Arte pode atuar como instrumento de questionamento das desigualdades sociais e das estruturas coloniais que historicamente silenciaram saberes populares, periféricos e não hegemônicos.

Desse modo, refletir sobre a formação em Arte e suas relações com o mundo do trabalho implica compreender que a atuação docente não ocorre de maneira dissociada das condições sociais, econômicas e culturais contemporâneas. Os desafios enfrentados pelos arte/educadores evidenciam disputas em torno da própria função da educação e da Arte na sociedade. Assim, torna-se necessário discutir práticas formativas que ultrapassem perspectivas meramente técnicas e produtivistas, reconhecendo a Arte/Educação como campo de resistência, criação e construção de novas possibilidades pedagógicas e sociais.

Além da desvalorização histórica das linguagens artísticas no ambiente escolar, é importante compreender que as transformações do mundo do trabalho também produziram mudanças na própria identidade docente. A intensificação das demandas burocráticas, a instabilidade profissional e a lógica da produtividade afetam diretamente a construção do trabalho pedagógico, interferindo nas possibilidades de criação, experimentação e desenvolvimento de práticas críticas no ensino de Arte. Nesse contexto, o professor deixa de ser compreendido apenas como mediador do conhecimento e passa a ocupar uma posição constantemente pressionada por avaliações, metas e exigências institucionais que limitam sua autonomia pedagógica.

Ao discutir as relações entre trabalho e educação, Dermeval Saviani (2008) afirma que a educação está historicamente vinculada às formas de organização social e às necessidades produzidas pelo modo de produção vigente. Assim, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, a escola frequentemente reproduz relações de dominação e hierarquização dos saberes, privilegiando conhecimentos considerados mais úteis às exigências econômicas. Essa perspectiva ajuda a compreender por que o ensino de Arte, muitas vezes associado à subjetividade, à sensibilidade e à criação, ocupa um lugar secundário em políticas educacionais orientadas pela racionalidade técnica e pelo desempenho quantitativo.

No caso das licenciaturas em Arte, essas dinâmicas repercutem diretamente na formação inicial de professores. Muitos estudantes ingressam no campo docente enfrentando incertezas relacionadas à inserção profissional, à baixa valorização social da profissão e às condições precárias de trabalho presentes nas instituições de ensino. Além disso, a fragilidade das políticas culturais e

educacionais amplia os desafios para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com experiências artísticas críticas e socialmente situadas. Desse modo, pensar a formação em Arte exige considerar não apenas os conteúdos pedagógicos e estéticos envolvidos no processo educativo, mas também as estruturas sociais que condicionam o exercício da docência.

Essas questões tornam-se ainda mais evidentes diante da crescente instrumentalização da educação contemporânea. Em muitos contextos, a aprendizagem passa a ser orientada por competências e habilidades voltadas ao mercado, reduzindo a dimensão humanizadora do ensino. A Arte, entretanto, opera em sentido contrário a essa lógica, pois mobiliza imaginação, sensibilidade, memória e experiências coletivas que escapam aos parâmetros estritamente produtivistas. Por essa razão, o ensino de Arte possui potencial para problematizar modelos educacionais pautados exclusivamente pela eficiência e pela adaptação ao mercado de trabalho, fortalecendo experiências pedagógicas fundamentadas na criatividade, na criticidade e na construção de consciência social.

Nesse sentido, discutir a relação entre Arte/Educação e mundo do trabalho implica reconhecer que a docência em Arte se constitui em meio a tensões constantes entre resistência e precarização. Ao mesmo tempo em que enfrenta processos históricos de marginalização curricular, o ensino de Arte também produz possibilidades de criação de práticas educativas comprometidas com a valorização cultural, a diversidade de saberes e a transformação social. Assim, compreender essas contradições torna-se fundamental para refletir sobre os desafios contemporâneos da formação docente e sobre a necessidade de construir perspectivas

pedagógicas que ultrapassem modelos educacionais coloniais e mercadológicos.

4. PERSPECTIVAS CONTRACOLONIAIS NO ENSINO DE ARTE

As discussões acerca das perspectivas contracoloniais no campo educacional surgem como resposta às estruturas históricas de dominação que marcaram a constituição dos sistemas de ensino na América Latina. A educação brasileira, desde sua formação, foi profundamente influenciada por modelos eurocêntricos de conhecimento, os quais estabeleceram hierarquias entre culturas, saberes e modos de existência. Nesse processo, práticas culturais populares, indígenas, africanas e periféricas foram frequentemente silenciadas ou marginalizadas em favor de referências consideradas universais e legítimas pelos padrões coloniais. No ensino de Arte, essas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis, uma vez que os currículos tradicionalmente privilegiaram produções artísticas europeias em detrimento das expressões culturais locais e comunitárias.

Nesse contexto, as perspectivas contracoloniais propõem uma ruptura com essas lógicas de apagamento, defendendo práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e dos saberes historicamente subalternizados. Catherine Walsh (2009) compreende a pedagogia decolonial como um movimento de resistência às estruturas coloniais de poder e conhecimento, buscando construir processos educativos vinculados às experiências, memórias e territorialidades dos sujeitos marginalizados. Assim, a educação deixa de operar apenas como instrumento de reprodução social e passa a constituir-se como

espaço de enfrentamento das desigualdades e de produção de outras formas de existência e aprendizagem.

No ensino de Arte, essa perspectiva possibilita questionar os modelos tradicionais que restringem a experiência artística a padrões estéticos hegemônicos. Durante muito tempo, a Arte ensinada nas escolas esteve associada a referências europeias consideradas superiores, enquanto manifestações culturais populares eram tratadas como expressões menores ou folclóricas. Essa hierarquização evidencia a permanência da colonialidade no campo artístico, produzindo exclusões simbólicas e limitando o reconhecimento da pluralidade cultural presente na sociedade brasileira. Pensar o ensino de Arte a partir de uma perspectiva contracolonial significa, portanto, ampliar os referenciais estéticos e culturais trabalhados no ambiente escolar, reconhecendo a legitimidade de diferentes formas de criação, expressão e produção de conhecimento.

Essa discussão aproxima-se das reflexões de bell hooks (2013), para quem a educação crítica deve romper com práticas autoritárias e excludentes, promovendo experiências pedagógicas fundamentadas no diálogo e na participação coletiva. Ao compreender o ensino como prática da liberdade, hooks defende que a sala de aula pode tornar-se um espaço de transformação social e de valorização das múltiplas identidades culturais dos estudantes. No campo da Arte/Educação, essa perspectiva permite compreender a experiência artística como prática capaz de fortalecer pertencimentos, narrativas e formas de resistência diante das desigualdades sociais e culturais historicamente construídas.

Além disso, as perspectivas contracoloniais contribuem para repensar a própria atuação docente. O professor de Arte deixa de ocupar apenas a função de transmissor de conteúdos legitimados pelas instituições hegemônicas e passa a atuar como mediador de experiências culturais diversas, promovendo reflexões críticas sobre identidade, memória, território e poder. Essa mudança exige processos formativos comprometidos com a escuta, a valorização das experiências coletivas e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas social e culturalmente.

Ao discutir a noção de contracolonialidade, também se torna importante compreender que ela ultrapassa a simples inclusão de novos conteúdos nos currículos escolares. Trata-se de questionar as próprias estruturas que definem quais conhecimentos são considerados válidos dentro da escola. Nesse sentido, o ensino de Arte assume papel fundamental, pois possibilita o contato com múltiplas formas de sensibilidade, criação e leitura do mundo. A experiência artística, ao mobilizar memória, imaginação e subjetividade, cria possibilidades de enfrentamento às racionalidades coloniais que historicamente buscaram homogeneizar culturas e modos de existência.

Dessa forma, as perspectivas contracoloniais no ensino de Arte contribuem para a construção de práticas educativas mais críticas, inclusivas e socialmente comprometidas. Ao reconhecer os saberes populares, periféricos e territoriais como formas legítimas de produção cultural, a Arte/Educação fortalece experiências de resistência e reexistência frente às estruturas de exclusão ainda presentes no campo educacional. Assim, pensar a Arte a partir dessas perspectivas implica compreender o espaço escolar não

apenas como lugar de transmissão de conteúdos, mas também como território de disputa simbólica, cultural e política.

Ao discutir perspectivas contracoloniais no ensino de Arte, também é necessário refletir sobre a permanência da colonialidade no imaginário social e nas práticas culturais legitimadas pela escola. Mesmo após o fim formal dos processos coloniais, muitas estruturas de poder continuam organizando quais conhecimentos, estéticas e formas de expressão são considerados válidos dentro dos espaços institucionais. Essa permanência da colonialidade manifesta-se na valorização de modelos culturais europeus como referência universal de arte, beleza e produção intelectual, enquanto expressões populares, indígenas, negras e periféricas permanecem frequentemente invisibilizadas ou tratadas como manifestações secundárias.

Nesse sentido, o pensamento decolonial contribui para compreender que a colonialidade não se restringe ao domínio econômico ou territorial, mas atua também na dimensão simbólica e epistemológica. Aníbal Quijano (2005) afirma que a colonialidade do poder estabeleceu classificações sociais e culturais que permanecem influenciando a produção do conhecimento na contemporaneidade. A partir dessa lógica, determinadas culturas foram historicamente associadas à ideia de atraso ou inferioridade, enquanto outras passaram a ocupar posições centrais nos sistemas educacionais e artísticos. No ensino de Arte, essas hierarquizações tornam-se perceptíveis na seleção de conteúdos curriculares, nos referenciais estéticos predominantes e nas formas pelas quais a produção artística é legitimada no ambiente escolar.

Dialogando com essa perspectiva, Mignolo (2008) argumenta que a superação dessas hierarquias exige um processo de desobediência epistêmica, entendido como a recusa dos modelos únicos de produção e validação do conhecimento estabelecidos pela modernidade ocidental. Para o autor, não basta incluir sujeitos historicamente excluídos nos sistemas já existentes; é necessário questionar as próprias bases epistemológicas que definem quais saberes são reconhecidos como legítimos. Tal reflexão contribui para ampliar o debate sobre o ensino de Arte, uma vez que evidencia a necessidade de valorizar formas de criação, estética e conhecimento produzidas em diferentes contextos culturais, especialmente aquelas historicamente silenciadas pelas estruturas coloniais.

No campo da Arte/Educação, a desobediência epistêmica pode manifestar-se na valorização de expressões artísticas afro-brasileiras, indígenas, populares e periféricas, frequentemente marginalizadas pelos currículos tradicionais. Essa perspectiva possibilita romper com a compreensão da arte europeia como referência universal e reconhecer a pluralidade de experiências estéticas existentes na sociedade. Assim, o ensino de Arte deixa de reproduzir uma lógica de centralidade cultural e passa a constituir-se como espaço de diálogo entre diferentes formas de sensibilidade, memória e produção simbólica.

Diante disso, pensar práticas contracoloniais implica reconhecer a Arte como campo de disputa política e cultural. Mais do que inserir conteúdos sobre diversidade nos currículos, trata-se de problematizar as estruturas que historicamente produziram exclusões e silenciamentos. A valorização de artistas periféricos, indígenas, afro-brasileiros e de manifestações culturais populares representa, nesse contexto, uma possibilidade de ruptura com

modelos hegemônicos de conhecimento e sensibilidade. Além disso, essas práticas permitem que estudantes reconheçam suas próprias experiências culturais como legítimas formas de produção artística e construção identitária.

No ambiente escolar, essa perspectiva contribui para o fortalecimento de experiências pedagógicas mais contextualizadas e críticas. O ensino de Arte passa, então, a estimular não apenas a apreciação estética, mas também reflexões sobre memória, território, pertencimento e desigualdade social. Dessa maneira, a experiência artística torna-se um instrumento de questionamento das estruturas coloniais ainda presentes na sociedade e de construção de novas possibilidades de existência e representação cultural.

Assim, as perspectivas contracoloniais ampliam o entendimento da Arte/Educação como prática social e política. Ao desafiar padrões eurocêntricos e reconhecer a pluralidade dos saberes e das expressões culturais, o ensino de Arte fortalece processos educativos comprometidos com a democratização cultural, a valorização das diferenças e a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e emancipatórias.

5. ARTE COMO RESISTÊNCIA, REEXISTÊNCIA E PRÁTICA DOCENTE

Diante das transformações sociais, econômicas e culturais que atravessam a educação contemporânea, a Arte assume um papel que ultrapassa a dimensão estética e disciplinar, constituindo-se também como prática de resistência e reexistência. Em contextos marcados pela precarização do trabalho docente, pela marginalização das linguagens artísticas e pela permanência de

estruturas coloniais no campo educacional, o ensino de Arte emerge como espaço de produção de sentidos, afirmação identitária e valorização de saberes historicamente silenciados. Nesse cenário, a atuação docente em Arte torna-se profundamente política, pois envolve disputas em torno da memória, da cultura e das formas de existência legitimadas dentro da escola.

A noção de reexistência relaciona-se à capacidade de grupos historicamente marginalizados de produzir modos próprios de viver, criar e resistir frente às estruturas de opressão. No campo da Arte/Educação, essa perspectiva permite compreender as práticas artísticas como experiências que não apenas denunciam desigualdades, mas também afirmam identidades, territorialidades e formas coletivas de pertencimento. A Arte, nesse sentido, transforma-se em espaço de reconstrução simbólica, possibilitando que diferentes sujeitos expressem suas experiências e produzam narrativas que desafiam padrões culturais hegemônicos.

Essas discussões tornam-se especialmente relevantes no contexto escolar, uma vez que a escola frequentemente opera como espaço de reprodução de hierarquias sociais e epistemológicas. As práticas pedagógicas em Arte, entretanto, possuem potencial para tensionar essas estruturas ao promover experiências que valorizem a criatividade, a sensibilidade e a diversidade cultural. Ao trabalhar com manifestações populares, produções periféricas, culturas afro-brasileiras, indígenas e outras expressões historicamente invisibilizadas, o ensino de Arte amplia as possibilidades de representação e reconhecimento dentro do ambiente educativo.

Nessa direção, Gomes (2017) destaca que os movimentos sociais, especialmente o movimento negro, constituem importantes

espaços de produção de saberes, identidades e processos educativos. Para a autora, a luta por reconhecimento e emancipação também produz conhecimentos que desafiam estruturas históricas de exclusão e invisibilização cultural. Essa reflexão contribui para compreender que a escola não deve apenas transmitir conteúdos legitimados por tradições hegemônicas, mas também reconhecer e valorizar saberes construídos por grupos historicamente marginalizados. No campo da Arte/Educação, tal perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade cultural e com o reconhecimento das diferentes formas de criação e expressão presentes na sociedade.

Nesse contexto, a prática docente em Arte exige uma postura crítica diante dos modelos tradicionais de ensino. O professor deixa de ocupar apenas o papel de transmissor de conteúdos e passa a atuar como mediador de experiências culturais, incentivando processos de criação, diálogo e reflexão coletiva. Essa atuação demanda uma prática pedagógica comprometida com os territórios e com as vivências dos estudantes, reconhecendo que os sujeitos produzem conhecimento a partir de suas próprias experiências sociais e culturais. Assim, o ensino de Arte torna-se um espaço de escuta, troca e construção compartilhada de sentidos.

Além disso, a Arte possui potencial para fortalecer processos de humanização em meio às dinâmicas produtivistas que marcam a educação contemporânea. Em oposição à lógica da padronização e do desempenho, a experiência artística mobiliza subjetividades, emoções e formas sensíveis de leitura do mundo, contribuindo para a construção de práticas educativas mais críticas e emancipatórias. Nesse sentido, ensinar Arte não significa apenas desenvolver habilidades técnicas, mas possibilitar experiências que ampliem a

percepção dos sujeitos sobre si mesmos, sobre o outro e sobre a realidade social em que estão inseridos.

Paulo Freire (1996), ao discutir a educação como prática ética e transformadora, afirma que o ensino exige diálogo, escuta e reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Embora suas reflexões não estejam centradas especificamente na Arte/Educação, suas contribuições ajudam a compreender a prática docente como experiência comprometida com a emancipação humana e com a transformação das estruturas opressoras. No ensino de Arte, essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a participação, a criatividade e a construção coletiva do conhecimento, rompendo com modelos autoritários e excludentes de educação.

As contribuições de Gomes (2017) dialogam diretamente com essa perspectiva freireana ao defender que os processos educativos devem reconhecer os sujeitos em sua historicidade, cultura e pertencimento social. Ao valorizar conhecimentos produzidos nas lutas por emancipação, a autora amplia a compreensão da educação como prática de reconhecimento e justiça social. Dessa forma, a Arte/Educação pode constituir-se como espaço privilegiado para o fortalecimento de identidades, memórias e experiências culturais frequentemente excluídas dos currículos escolares, contribuindo para a construção de relações pedagógicas mais democráticas e inclusivas.

Desse modo, pensar a Arte como resistência e reexistência implica reconhecer seu potencial político, social e cultural dentro da escola. Em meio às tensões que atravessam o mundo do trabalho e os processos educacionais contemporâneos, a prática docente em Arte

pode contribuir para a construção de espaços mais democráticos, críticos e culturalmente plurais. Assim, a Arte/Educação afirma-se não apenas como componente curricular, mas como campo de luta, criação e produção de novas possibilidades de existência.

As reflexões sobre Arte como resistência e reexistência também dialogam com a noção de interculturalidade crítica desenvolvida por Catherine Walsh (2009). Para a autora, a interculturalidade não deve ser compreendida apenas como convivência entre culturas distintas, mas como um projeto político e pedagógico voltado ao enfrentamento das estruturas coloniais que organizam as relações sociais e os sistemas de conhecimento. Diferentemente de perspectivas multiculturais superficiais, que frequentemente se limitam à inclusão simbólica da diversidade, a interculturalidade crítica propõe uma transformação das bases epistemológicas da educação, questionando os mecanismos históricos que produziram exclusões culturais, raciais e sociais.

No campo da Arte/Educação, essa discussão torna-se especialmente significativa, pois o ensino de Arte possui potencial para criar espaços de diálogo entre diferentes experiências culturais e formas de sensibilidade. A partir de uma perspectiva intercultural crítica, a prática docente em Arte pode contribuir para romper com currículos homogêneos e eurocentrados, valorizando produções culturais vinculadas aos territórios, às memórias coletivas e às vivências dos estudantes. Assim, manifestações artísticas populares, afro-brasileiras, indígenas e periféricas deixam de ocupar um lugar secundário dentro da escola e passam a ser reconhecidas como formas legítimas de conhecimento e criação estética.

Walsh (2009) também destaca que as pedagogias decoloniais surgem das lutas sociais e das experiências históricas de grupos marginalizados, constituindo-se como práticas de resistência frente às estruturas coloniais ainda presentes na contemporaneidade. Nesse sentido, a Arte assume um papel fundamental, pois possibilita não apenas a denúncia das desigualdades, mas também a produção de outras narrativas, imaginários e modos de existência. A experiência artística torna-se, assim, um espaço de construção de autonomia cultural e fortalecimento identitário, especialmente para sujeitos historicamente silenciados pelos modelos educacionais hegemônicos.

Essa perspectiva amplia o entendimento da prática docente em Arte como ação política e ética. O professor passa a atuar não somente como mediador de conteúdos artísticos, mas como sujeito comprometido com a construção de práticas educativas capazes de promover escuta, diálogo e reconhecimento das diferenças culturais. Dessa maneira, a sala de aula transforma-se em espaço de encontro entre múltiplos saberes e experiências, possibilitando processos educativos mais democráticos e socialmente comprometidos.

Ao relacionar Arte, interculturalidade crítica e pedagogia decolonial, Walsh contribui para compreender a educação como território de disputa simbólica e cultural. A Arte/Educação, nesse contexto, fortalece práticas de resistência e reexistência ao desafiar padrões coloniais de conhecimento e ao afirmar a pluralidade das formas de criação e expressão presentes na sociedade. Assim, o ensino de Arte torna-se um importante instrumento para a construção de relações pedagógicas mais inclusivas, críticas e emancipadoras.

6. CONCLUSÃO

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a relação entre formação em Arte e mundo do trabalho está profundamente atravessada por disputas sociais, culturais e políticas que influenciam tanto a valorização das linguagens artísticas quanto a atuação docente na contemporaneidade. Em um contexto marcado pela precarização do trabalho docente, pela lógica produtivista e pela permanência de estruturas coloniais na educação, o ensino de Arte continua ocupando um lugar de constante tensionamento dentro das instituições escolares. Ainda assim, a Arte/Educação demonstra potencial para construir práticas pedagógicas críticas e comprometidas com a transformação social.

Ao refletir sobre as perspectivas contracoloniais no ensino de Arte, foi possível compreender que os processos educativos não são neutros, mas atravessados por relações de poder que historicamente legitimaram determinados saberes em detrimento de outros. Nesse sentido, as contribuições de autores como Catherine Walsh, bell hooks, Ana Mae Barbosa e Paulo Freire permitiram pensar a educação artística como espaço de resistência frente às lógicas coloniais, eurocêntricas e excludentes ainda presentes nos currículos e nas práticas escolares. A valorização de saberes populares, periféricos, afro-brasileiros e indígenas mostrou-se fundamental para a construção de experiências educativas mais democráticas e culturalmente plurais.

Além disso, o estudo evidenciou que a prática docente em Arte ultrapassa a simples transmissão de conteúdos estéticos ou técnicos, constituindo-se também como ação política e ética. O professor de Arte atua como mediador de experiências culturais e de processos de criação capazes de fortalecer identidades, promover pertencimentos e ampliar formas de leitura crítica da realidade.

Assim, a Arte assume um papel importante na construção de práticas de reexistência, possibilitando que sujeitos historicamente marginalizados produzam narrativas próprias e reivindiquem reconhecimento cultural dentro e fora do espaço escolar.

Dessa forma, conclui-se que pensar a formação em Arte a partir de perspectivas contracoloniais implica reconhecer a educação como campo de disputa simbólica e social. Mais do que componente curricular, a Arte/Educação constitui um espaço de criação, resistência e transformação, capaz de tensionar modelos educacionais excludentes e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade cultural e com a emancipação dos sujeitos. Espera-se, portanto, que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões acerca da valorização do ensino de Arte e da importância de práticas docentes críticas, contextualizadas e socialmente comprometidas na educação contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. *Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.